

EDUCAÇÃO NO BRASIL: heranças e permanências de uma arquitetura disciplinar e a constituição da cultura escolar

Ellen Borges Barbosa

Resumo: O artigo analisa as características da cultura escolar, constituída durante a trajetória histórica da educação no Brasil, tendo em vista a influência dos espaços nas práticas pedagógicas, bem como as permanências ainda hoje de uma educação praticada em moldes tradicionais no final do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: cultura escolar; práticas pedagógicas; história da educação.

Introdução

O cenário educacional que se apresenta hoje é fruto de heranças e permanências da trajetória histórica percorrida pela educação brasileira que se configuram em uma cultura escolar.

Segundo dados levantados a partir da leitura da obra de Michel Foucault (2006), a arquitetura escolar assemelha-se muito à arquitetura carcerária, o que suscitou a suspeita sobre possíveis relações entre ações praticadas nesses espaços. O que se percebeu é que, além da real semelhança, a arquitetura influenciava as ações praticadas por agentes e profissionais da educação. Práticas decorrentes das concepções de educação que se tinha e do tipo de aluno que se pretendia formar. "O espaço reflete e é parte integrante daquilo que abriga, desta

forma, tornando-se cúmplice e, ao mesmo tempo, cenário das ações nele praticadas" (BARBOSA, 2010, p. 60).

Para ilustrar os dados obtidos, a partir de uma análise foucaultiana, foram escolhidos os chamados "Grupos Escolares", encontrados durante os anos iniciais do período republicano no Brasil (1889–1920), para que fossem estabelecidas relações entre as escolas e as prisões. Assim, além da semelhança entre os espaços, o que se tinha (ou se tem) eram ações igualmente parecidas, principalmente com relação à disciplina, que naquele determinado momento histórico configurava-se como principal instrumento para o sucesso da educação e, conseqüentemente, para a concretização dos ideais republicanos. Tais características são reproduzidas ainda hoje, a partir de nossa memória escolar, do nosso "subconsciente escolar".

1 Relação escola-prisão: breves considerações

As ideias mencionadas por Foucault (2006) indicam que na educação prevaleciam atitudes de vigilância e adestramento do corpo e da mente, assim como se tinha nas prisões. A disciplina requerida em ambas as instituições servia como instrumento de dominação e controle, destinada a suprimir e/ou domesticar comportamentos divergentes.

A escola era vista como uma instituição de sequestro, pois, assim como hospitais, quartéis e prisões, retirava os indivíduos do convívio social e familiar, e internava-os com o objetivo de moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos e formatar aquilo que pensavam (BARBOSA, 2010, p. 14).

Assim, as escolas eram consideradas semelhantes às prisões em diversos aspectos como em sua organização hierárquica, em sua disposição física, em seus mecanismos de disciplina, bem como em sua vigilância constante. As fotos a seguir ilustram tal informação.



Grupo Escolar do Brás – semelhança com a imagem de um presídio. Fonte: CORRÊA, 1991, p. 85.



Imagem de uma prisão – Fonte: <<http://www.vivercidades.org.br>>.

As salas de aula eram dispostas lado a lado assim como as celas nas prisões. O pátio central reunia os alunos (e os presidiários) em momentos de lazer, porém, sua localização central e constante vigilância praticada pelos chamados bedéis, nas escolas, garantiam a manutenção da ordem e da disciplina.

Dentro das salas de aula, as carteiras enfileiradas também faziam parte dos elementos disciplinadores. "Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo" (FOUCAULT, 2006, p. 123). O professor podia classificar seus alunos quanto às idades, comportamentos e desempenhos, bem como separar os alunos, evitando o contato entre eles e a dispersão.



Mobiliário – carteiras individuais de modelo americano.
Fonte: CORRÊA, 1998, p. 40.

Sendo assim, é nítida a influência bilateral da arquitetura nas escolas: ao mesmo tempo em que os espaços eram adequados para seguir concepções educacionais da época, eram determinantes para a conservação das práticas disciplinadoras.

2 Características da cultura escolar (1889-1920)

Com o surgimento da República e a conseqüente implantação dos Grupos Escolares, a educação brasileira passou por significativas mudanças em relação aos moldes educacionais vigentes, principalmente no que diz respeito à configuração dos edifícios escolares, métodos utilizados e formação de professores.

Adota-se o chamado método intuitivo, considerado um "caminho seguro para se atingir os objetivos propostos, no caso, a extensão da escolaridade para as camadas populares, por meio da racionalização dos sistemas de ensino" (BUFFA, 2002, p. 49). A hierarquização escolar, por meio da seriação e da uniformização dos conteúdos, que passaram a ser organizados em quatro anos, configurava o chamado ensino primário, bem como a extensão da educação às camadas populares, o que significaria a perpetuação dos ideais republicanos na construção de uma "nova nação".

No mesmo período, foram inseridos novos currículos para o ensino nos Grupos Escolares. A educação passou a ter um caráter laico, sendo assim excluídas as aulas de ensino religioso, e em seu lugar foram adotadas aulas de educação moral e cívica, as quais abrangiam "princípios que corporificavam ideais e valores patrióticos nas mentes das crianças" (BARBOSA, 2010, p. 45). Segundo Souza (1998), a escola é colocada a serviço do grande empreendimento de moralização de costumes com o objetivo de moldar o novo cidadão, moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, inculcando-lhes valores e virtudes morais, normas de civilidade, o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores, o apreço pela pontualidade, pela ordem e pelo asseio.

Além da mudança curricular, algumas disciplinas diferenciavam-se para meninos e meninas, marcando a separação dos sexos. Seguindo costumes da época, além de ocuparem

alas separadas nas escolas, para as meninas eram ensinadas prendas domésticas (trabalho com agulhas, bordados, enfeites etc.). As aulas de educação física eram igualmente separadas e até mesmo as entradas e saídas eram feitas por locais distintos.



Escadarias separadas por parede de alvenaria marcando a separação de meninos e meninas – Grupo Escolar de Amparo. Fonte: CORRÊA, 1991, p. 40.



Entradas diferenciadas para meninos e meninas – Fonte: <www.crmariocovas.sp.gov.br>.

Neste mesmo período é registrada também a presença do diretor escolar, que desde então é visto como personificação da disciplina nas escolas. "Este, por sua vez, ficava responsável por ordenar o cotidiano dos professores e alunos, principalmente no que se tratava da fiscalização das atividades, controle dos professores e manutenção da ordem e da disciplina" (BARBOSA, 2010, p. 45).

Também como instrumento para reafirmar a ordem e a disciplina, foram instituídas as avaliações ou exames. Periodicamente eram lançadas provas orais, escritas e práticas, com o

intuito de classificar os alunos segundo suas habilidades e competências. Os estudantes eram avaliados por bancas examinadoras normalmente compostas por inspetores escolares e pessoas importantes da sociedade; os próprios resultados já serviam como punição para aqueles que não alcançassem boas notas. "O desejo de alcançar uma boa classificação, mas principalmente o medo de não alcançá-la, forçosamente, induzia os alunos à disciplina" (BARBOSA, 2010, p. 48).

Os alunos que não atingiam suficientemente os resultados eram castigados. Castigos que, em busca de eficiência, deixaram de ser físicos e, por inversão, passaram a funcionar na forma de gratificações àqueles que mantivessem condutas adequadas. O quadro de honra também foi implantado para exaltar publicamente os nomes daqueles que se comportavam bem e tinham aproveitamento satisfatório, excluindo de qualquer mérito aqueles com resultados menos aceitáveis.

Percebe-se uma "armadilha" nos elementos disciplinadores: os exames detêm informações relevantes sobre os alunos, reservadas apenas ao mestre. "Na disciplina, são os súditos que devem ser vistos", demonstrando que o poder pode tornar-se invisível. Desta forma, aperfeiçoava-se o sistema de classificação e ao mesmo tempo, os mecanismos de punição, controle e hierarquização (BARBOSA, 2010, p. 49).

Os professores eram igualmente submetidos aos efeitos desse novo cenário educacional, sendo que sua autonomia fora totalmente vetada.

A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela distribuição do poder no interior da escola (SOUZA, 1998, p.16).

Os horários passaram a ser rigorosamente controlados e o tempo didático tinha que ser muito bem aproveitado, uma vez que, caso isso não ocorresse, os programas não seriam cumpridos. Novos elementos como relógio, sino e quadros de horários previamente organizados passaram a ser parte integrante do cotidiano escolar, a fim de realizar a manutenção do controle pretendido.

Com o passar dos anos, muitos dos elementos citados acima foram se tornando inerentes às ações pedagógicas, praticadas nas escolas e muitos deles permanecem ainda hoje.

3 Heranças e permanências: breves considerações finais

A arbitrariedade pretendida e alcançada por meio dos Grupos Escolares permanece ainda hoje como herança escolar, porém de forma oculta. A educação tem passado por diversas modificações, que culminaram na mudança de muitos dos paradigmas existentes, porém a essência da função escolar ainda permanece: coagir os alunos, enclausurando-os em salas de aula lotadas e submetendo-os a conteúdos previamente estabelecidos e inquestionáveis, bem como a avaliações que não registram a realidade. Cabe repensar a prática.

Aspectos como estes representam o que Foucault (2006) chamava de "laboratório de poder". Por meio da hierarquização escolar e de condutas disciplinares, responsáveis por tornar os indivíduos "dóceis" e coagidos, é que se conquistava a dominação pretendida. Por exemplo, quando os alunos ingressavam nas instituições escolares, recebiam números de identificação e passavam a ser reconhecidos apenas por meio daquele determinado número, assim como os presidiários, demonstrando total anulação da identidade do aluno, preparando-o inconscientemente para a absorção daquela ideologia. O uso de uniformes também não pode ser considerado como mera coincidência (padronização).

Outros elementos como sino (sinais sonoros), relógio e quadro de horários, por sua vez, marcavam (e permanecem marcando) um cotidiano assombrado pelo "tempo". A proibição quanto aos atrasos e determinação dos momentos de entrada, saída e duração das aulas, além de reafirmarem a ordem e a disciplina, acabavam por engessar as práticas pedagógicas, sendo os professores submetidos a estas decisões da mesma forma que seus alunos.

O hábito de formação de fila, o canto do Hino Nacional, a privação de recreio, a chamada, o registro de cabeçalho, a cópia de matéria e exercícios, o ditado, o ir ao quadro, as respostas em coro, a exigência de silêncio, a obediência ao professor e aos demais agentes escolares são elementos igualmente encontrados em relatos da época e que são utilizados ainda hoje – em consequência de nossas memórias e cultura escolares. Os professores hoje acabam reproduzindo tais condutas por terem tido essa referência em sua formação.

Outro aspecto importante do período analisado, e com total relação com a prática docente nos dias atuais, é o papel do erro na educação, que é visto como motivo para castigo, bem como marcado de forma negativa; notas baixas, cartões de boa nota, elogios/castigos

perante a sala, provas, prêmios e punições eram utilizadas (e ainda podem ser encontrados) de forma a estigmatizar os alunos que porventura não alcançassem os objetivos pretendidos e a estimular os demais a continuarem em suas condutas regulares.

Não foi outro o objetivo deste artigo senão o de mostrar que é possível perceber como elementos presentes em nossa cultura escolar percorreram toda uma trajetória histórica e se estabeleceram de forma tão enraizada, tornando-se ações entendidas como típicas deste ambiente escolar. Cabe aos educadores do século XXI a reflexão a respeito da reprodução impensada de todas as características separatistas e inflexíveis neste texto apresentadas e o desafio ainda maior de transformar a estrutura da escola, seja no que diz respeito a sua arquitetura e também a sua dimensão pedagógica, para possibilitar a formação de sujeitos críticos da sociedade.

Referências bibliográficas

BARBOSA, E. B. **Grupos Escolares e Instituições Carcerárias: a arquitetura como controle e disciplinação dos sujeitos – esboços de uma análise foucaultiana.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2010.

BUFFA, E. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1983–1971.** São Carlos; Brasília: EdUFSCAR; INEP, 2002.

CORRÊA, M. E. *et al.* **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920.** São Paulo: FDE, 1991.

_____. **Arquitetura escolar paulista: restauro.** São Paulo: FDE, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910).** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.